



Internet e participação: uma análise de mapeamentos colaborativos

Internet and participation: an analysis of collaborative mappings

Paulo Victor Sousa

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Universidade Federal da Bahia (Póscom-UFBA), bolsista CNPq e membro do Grupo de Pesquisa em Cibercidades (GPC), Salvador, BA – Brasil, e-mail: pvbsousa@gmail.com

Resumo

O advento de mídias locativas tem modificado a forma como encaramos e vivenciamos o espaço urbano. Diversos pesquisadores buscam entender como os lugares estão sendo representados, como se mesclam, influenciam e são influenciados pelos meios de comunicação. No atual contexto da *web 2.0*, caracterizada pela presença de usuários auto-organizados, algumas das práticas mais recorrentes são as que lidam com mapeamento e anotação espacial e que são abertas à cooperação pública. Este artigo apresenta um estudo das ferramentas de empoderamento de cinco mapas disponíveis *online* e destinados à identificação espacial de problemas urbanos. Ponderamos a participação dos seus usuários e propomos uma classificação de tais serviços segundo a escala introduzida por Sherry Arnstein.

Palavras-chave: Internet. Mapeamento colaborativo. Participação.

Abstract

The rise of locative media has modified the way we consider and live in urban space. Scholars aim to understand how places are being represented, how they are merged, how they influence and are biased by media. In the current web 2.0 context, which is characterized by the presence of self-organized users, some usual practices are those that deal with mapping and spatial annotation and that are also open to public cooperation. This paper presents a study of empowerment tools of five maps available online and that are addressed to locate urban disorders. We consider their users participation and we propose a classification for these services according to the measure introduced by Sherry Arnstein.

Keywords: Internet. Collaborative mapping. Participation.

Introdução

O avanço de dispositivos comunicacionais baseados na localização têm introduzido mudanças nas formas de apreendermos e nos situarmos no espaço urbano. O advento de tecnologias como Bluetooth, GPS, Wi-Fi, entre outras, reconfiguraram diversas práticas sociais quanto à percepção e uso das cidades. Uma das transformações observadas é a criação de um elo entre camadas de informação e o espaço urbano, configurando o que tem sido chamado de *território informacional* (LEMOS, 2010). Daí surgem as mídias locativas, dispositivos cuja funcionalidade está atrelada à sua contextualização espacial (LEMOS, 2010; NOVA, 2004). Algumas dessas práticas mais recorrentes são aquelas que envolvem mapeamento e anotação espacial na internet: de posse de mapas já concebidos (geralmente por cartógrafos ou empresas especializadas), leigos realizam apontamentos sobre uma base cartográfica, segundo um enquadramento temático. De imediato, percebe-se uma clara tentativa por parte dos usuários em diminuir o abismo existente entre o espaço concebido, pensado a partir de generalizações e planos distantes das práticas cotidianas, e o espaço vivido, constituído de fato nas experiências do dia a dia (LEFEBVRE, 1991; SOUZA, 2009). Os cidadãos, assim, podem se posicionar de modo espacial, político e cultural quanto ao ambiente em que se situam.

Aqui nos focamos em exemplos cuja prática central é o mapeamento de problemas urbanos, e mais especificamente nas ferramentas de empoderamento disponíveis aos usuários de tais serviços. Encontra-se, assim, um modo de pensar o poder participativo que os cidadãos têm sobre assuntos públicos ao utilizar *sites* de mapeamento abertos à colaboração. Tendo em vista tais apropriações, os mapas da cidade ganham novas camadas de informação a partir da construção coletiva de seus membros (NOVEMBER et al., 2011).

Os serviços aqui pesquisados são: Wikicrimes, Fix my Street, Buracos de Fortaleza, Homicídios em Fortaleza e Urbanias. Todos estão relacionados ao mapeamento de problemas diversos da malha urbana, como logradouros com falhas no asfalto, ocorrências criminais, poluição sonora, entre outros. Inicialmente, observamos a adição e visualização de novos tópicos em cada um dos mapas. Os passos realizados em cada sistema foram anotados e, partindo deles, compôs-se uma matriz na qual são

contemplados pontos relevantes à participação dos indivíduos, como a resolução do problema cadastrado, as possibilidades de edição e as formas de categorização dos itens, entre outros. Chegamos, assim, à criação de uma matriz para decomposição das ferramentas observadas. Dessa forma, classificamos os mapas selecionados dentro da escala de participação pensada por Sherry Arnstein (1969), o que nos proporciona uma visão geral de como são tratados os serviços de anotação espacial pautados em problemas públicos.

Mapear: um ato essencialmente político

Uma querela inerente a toda forma de mapeamento se encontra na escala, entendida como uma abstração matemática a indicar analogias entre um objeto e sua representação gráfica (CASTRO, 1995). Apreensões deveras abrangentes têm por base o uso de escalas amplas, nas quais o todo é generalizado e tende a desaparecer o microlocalizado. Diante de tal dificuldade pragmática, é necessário que se adote uma determinada escala para dar conta da representação de um fenômeno, deixando de lado outros dados menos interessantes para aquele mapeamento específico. Dito de outra forma, todo mapa é um recorte, não apenas em sua extensão (latitude e longitude), mas também quanto ao seu campo de profundidade (ligada à altitude) e à riqueza de detalhes que pode comportar. Tão somente por essa seleção já é possível compreendê-lo como um objeto parcial: a escolha do que é retratado, bem como o uso de determinada escala de observação, traz por si só algumas respostas a algo específico que se deseja saber ou mostrar (CASTRO, 1995).

Sobretudo, há nesse recorte um ato de poder, haja vista uma ligação intrínseca entre o saber-fazer e as ferramentas necessárias para aquela produção (CRAMPTON; KRYGIER, 2008; JOLIVEAU, 2008). O mapa, assim, é também um ponto onde deságuam subjetivações e escolhas políticas. Como apontam Archela (1999) e Bruno (2010), a cartografia sempre esteve a serviço do poder, especialmente do Estado (e das classes mais tecnicamente capacitadas e economicamente favorecidas), além de ser um instrumento essencialmente bélico (LACOSTE, 1988).

Entendemos o mapa também como meio de comunicação: ele próprio e seus elementos não

apenas retratam o mundo, mas também o modelam, conferindo-lhe sentido (ADAMS, 2009). Dado que o mapa em si não é neutro, é viável encará-lo como uma cortina a abrigar ideologias, e não mais é possível admitir que o espaço seja exatamente daquela forma como retratada por indivíduos estranhos a ele—espaço vivido em contraponto ao concebido. Uma ideia errônea, assim, cai por terra: a de que a existência de um lugar é anterior à sua representação: “os mapas produzem a realidade tanto quanto a representam” (CRAMPTON; KRYGIER, 2008, p. 89).

Em contraposição e complemento à concepção genérica do espaço, encontram-se iniciativas que carregam abordagens participativas em seu cerne. Acselrad e Coli (2008) e Joliveau (2008) falam de exemplos em que comunidades de alguma forma desprezadas por órgãos oficiais conseguem um lugar no mapa, deparando-se com uma forma de dar vazão à própria existência—o que chamam de *mapeamento participativo* (ACSELRAD; COLI, 2008; JOLIVEAU, 2008). Ainda assim, as comunidades pesquisadas nem sempre recebem poder sobre a obra final, e a participação nesse caso pode vir a se resumir a momentos pontuais, os quais compõem um processo do qual os participantes não controlam o todo ou cujo contexto de tomada de decisões mal lhes diz respeito.

Na contramão de mapeamentos oficiais, Alexis Bhagat e Lize Mogel (2008, p. 7) trazem uma concepção de “cartografia radical”, definida por eles como “a prática de fazer mapas que subvertem as noções convencionais de modo a promover ativamente mudanças sociais”¹. Há, entretanto, uma preocupação com a ordem socioeconômica para além da mera representação: o objeto de problematização da cartografia radical não são os mapas em si, mas as relações sociais que se podem extrair deles.

O que se observa é que não há formas de o mapeamento oficial dar conta da complexidade do dia a dia, uma vez que o Estado sempre se valeu do mapa seguindo uma ordem institucional, utilizando-o como um meio de racionalização e conquista do espaço (BRUNO, 2010; LEMOS, 2002). Num sentido utilitarista, esse não é um problema *a priori*, mas é impossível que a supervisão (uma visão geral das coisas) aí almejada consiga abarcar a riqueza de

conexões entre os atores sociais. Há, portanto, certas dificuldades tipicamente urbanas que não são postas no mapa (e sequer ganham existência), simplesmente pela impossibilidade de uma visão generalista ser minuciosa com as partes de um todo.

Neste artigo, adentramos na seara dos mapas eletrônicos inseridos em ambientes colaborativos da chamada *web 2.0*. Tal expressão foi cunhada por Tim O’Reilly (2005) para assinalar uma guinada nos meios de consumo e produção da *web* concebida até fins do século XX. É possível notar importantes modificações quanto à sua apropriação: socialmente falando, destaca-se a emergência de um público auto-organizado e participativo, empoderado por novas ferramentas de publicação pessoal (ANTOUN, 2008). O que se viu com a virada do milênio já não era mais um público inerte, consumindo informações unilaterais, mas produzindo, circulando e compartilhando seu próprio conteúdo, segundo seus temas de interesse.

É notável que as comunidades virtuais estudadas por Rheingold (1993) nos anos 1980 sejam a base para o funcionamento de uma nova forma de coletividade a emergir no início do século XXI. Como aponta Costa (2008, p. 29-30), “estamos em rede, interconectados com um número cada vez maior de pontos e com uma frequência que só faz crescer”. Assim, usuários espalhados aglutinam-se, ainda que temporariamente, sobre um assunto em comum, elaborando em grupo um conjunto de saberes acerca daquele tema.

Tendo por base esse contexto em que usuário também produz (e compartilha), encontramos o surgimento de outra audiência diferente daquela acostumada à sua passividade. Como nos fala Malini (2008, p. 84), “a internet interliga os indivíduos e lhes possibilita formar o seu próprio *habitat* de comunicação”. Dada a finalidade utilitarista das comunidades virtuais, percebe-se a formação de um novo modelo de interação e produção, baseado na cooperação mútua de indivíduos interligados. Costa define essa forma de atuação colaborativa como aquela que “integra simpatias, afetos, interesses, estima” (MALINI, 2008, p. 30), baseada mais por seus fins que pela conservação de laços (familiares, históricos, geográficos, por exemplo).

¹ Tradução livre de: “the practice of mapmaking that subverts conventional notions in order to actively promote social change”.

Rumo a um modelo colaborativo também estão aqueles serviços cujo sentido de existência somente se dá “graças à colaboração dos usuários na publicação, troca e avaliação de conteúdos” (MALINI, 2008, p. 84). Sua descrição é genérica, mas funciona para uma possível separação: a partir de que ponto um sistema participativo se diferencia de um colaborativo? Há distinções cabíveis entre os dois termos? O autor não levanta questões em torno de uma possível divergência, mas aponta que o fundamental da colaboração é reinterpretação da obra por parte da coletividade.

Tendo em vista tais empreendimentos colaborativos, uma questão fica sempre no ar: como fugir dos interesses das empresas que disponibilizam sistemas de publicação pessoal? Como conciliar possíveis conflitos entre os serviços de mapeamento colaborativo e os moradores de uma dada localidade? Aos usuários é dada a possibilidade de cartografar seus interesses, mas até que ponto, de fato, é possível retrabalhar, recriar, reinterpretar o mapa em questão? Não se trata sequer de pensar em modificações nas linhas limítrofes do território ou nos acidentes geográficos, uma vez que esse é um trabalho típico de cartógrafos e outros profissionais com as competências exigidas, mas de ponderar as ferramentas que estão disponibilizadas para os usuários: o que é possível de ser localizado? Como e em que medida? Quais alterações são admissíveis? E a que condições? Daqui em diante, essas questões servem de base para pensarmos em níveis de abertura à participação em vez de considerar os objetos aqui trabalhados como colaborativos *a priori*. Não se deseja, entretanto, questionar ou negar o caráter de colaboração que os exemplos estudados possam ter, mas esse viés não será o ponto central de investigação deste artigo, ocupando a participação esse papel de fundamento teórico.

Um conceito para participação

Buscamos em Pateman (1992) uma resolução sobre o conceito de democracia participativa:

segundo a autora, a participação, essencialmente, diz respeito à possibilidade de tomadas de decisão. Vale ressaltar, entretanto, que a abordagem descrita por Pateman é elitista: em termos de eficácia política (relativo aos deveres cívicos e à sensação pessoal de impacto sobre a política como um todo), a participação em baixos níveis pode ser considerada suficiente. Não é esperada uma sociedade totalmente participativa, onde todos os cidadãos deliberem em pé de igualdade (ainda que possa haver tal possibilidade). Dito de outra forma,

na teoria da democracia contemporânea, o que importa é a participação da elite minoritária, e a não participação do homem comum, apático, com pouco senso de eficácia política é vista como a principal salvaguarda contra a instabilidade (PATEMAN, 1992, p. 139).

As palavras de Pateman vão de encontro às iniciativas de participação pública que aqui analisamos, cujo sentido de existência e funcionamento baseia-se precisamente no engajamento dos usuários. Ainda assim, considerando as ideias da autora, é necessário estabelecer um elo com o pensamento de Sherry Arnstein (1969), que propõe uma escala de níveis de participação. Nesse modelo, o ato de participar envolve distribuição de poder: sem sua partilha, qualquer abordagem dessa natureza acarreta manutenção do estado vigente. Arnstein, assim, preocupa-se em pensar a participação para além de um eufemismo: “É a redistribuição de poder que habilita os cidadãos [dele] desprovidos, atualmente excluídos dos processos político e econômico, para deliberadamente serem incluídos no futuro”² (ARNSTEIN, 1969, p. 216).

Pensando sobre as diversas possibilidades de compartilhar poder, a pesquisadora estabelece, sob a metáfora de uma escada, três níveis de participação divididos em oito degraus de distribuição de poder. Os três níveis são: a) *Poder cidadão*, englobando os degraus mais altos (8, 7 e 6); b) *Tokenismo*³, envolvendo os degraus intermediários, 5, 4 e 3; c) *Não participação*,

² Tradução livre de “It is the redistribution of power that enables the have-not citizens, presently excluded from the political and economic processes, to be deliberately included in the future”.

³ Optou-se aqui por usar a palavra em livre adaptação. O termo refere-se a uma prática relacionada a ilusão ou engodo, dando a parcelas oprimidas ou marginalizadas uma falsa condição inclusiva, como mostram os 3 degraus dessa categoria. Mais informações sobre a Cúpula de Gênova em: MATTELART, A. *História da sociedade da informação*. São Paulo: Loyola, 2006.

abrangendo os degraus de menor poder, 2 e 1. No ponto mais alto está o 8) *controle pelos cidadãos*, que, mesmo desejado, não passa de uma retórica, segunda a própria autora. A seguir vem o 7) *poder delegado*, quando os indivíduos têm em mãos relativos poderes de decisão e veto; 6) *parveria*, quando há oportunidades de negociação e planejamento; 5) *conciliação*, quando o cidadão tem direito a discussões e planejamento mas o veto final continua com quem detém o poder; 4) *consulta*, quando se buscam opiniões mas nada é feito com elas e não há retorno para a sociedade; 3) *informação*, que se constitui por um caminho único de comunicação; 2) *terapia*, quando a ausência de poder é literalmente tratada como uma doença; 1) e *manipulação*, quando há distorção do efeito participativo, sendo utilizado como uma forma de moldar as atitudes da população.

Participar, portanto, tem a ver com poder em torno de algum assunto. Na descrição de Pateman, esta se limita à possibilidade de uma escolha entre outras. Já na abordagem de Arnstein, é preciso que haja distribuição das forças de decisão. Mas, apesar de apresentarem suas diferenças, ambas as formas abrangem a ideia de empoderamento, efeito obtido quando indivíduos desprovidos de poder decisório adentram espaços privilegiados (HERMANY; FRANTZ, 2009), extraindo forças do lado contestado e buscando pareamento a este (SCHUFTAN, 1996).

Análise e resultados

Nenhum dos serviços avaliados aqui são iniciativas estatais: a criação e a manutenção de todos têm por base cidadãos comuns, empresas ou instituições desvinculadas do poder público. Por esse viés, entendemos tais mapas para além da oficialidade. A seguir segue uma breve descrição de cada um dos objetos:

- a) Urbanias <<http://www.urbanias.com.br>>: mapeia problemas urbanos diversos como acessibilidade, segurança ou poluição. Disponível apenas para a cidade de São Paulo.
- b) Wikicrimes <<http://www.wikicrimes.org>>: mapa de ocorrências criminais. Seu foco é o Brasil, mas todo o planeta está disponível. São catalogados roubos,

furtos, brigas, abuso de autoridade e homicídio, entre outros.

- c) Fix My Street <<http://www.fixmystreet.com>>: assim como Urbanias, serve para apontar problemas urbanos diversos, mas restrito ao território do Reino Unido.
- d) Buracos de Fortaleza <<http://goo.gl/maps/J9gp>>: criado por blogueiros insatisfeitos com a malha viária da capital cearense. A manutenção e o controle não são realizados por ninguém, pois o mapa está espalhado dentro do serviço Google Maps.
- e) Homicídios em Fortaleza <<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=783383>>: criado e mantido pelo jornal cearense Diário do Nordeste. Compõe-se de mortes confirmadas pela redação. A única forma de participação se dá por meio de denúncias ou sugestões de pautas. Apesar do nome, mapeia ocorrências em todo o Ceará, não apenas na capital.

Como metodologia de trabalho, foi adotado o mesmo procedimento que um usuário comum realizaria para acessar os serviços, visualizando e adicionando itens ao mapa. Os passos foram anotados e decompostos em categorias gerais, de modo a dar origem à matriz analítica (Tabela 1).

A primeira dificuldade constatada é que a escala de participação proposta por Arnstein (1969) não é de aplicação completa aos mapas em questão, mesmo porque ela diz respeito a decisões políticas. Como a própria autora avisa, sua tipologia não passa de uma simplificação para deixar clara a divisão de poder entre os mais diversos grupos (ARNSTEIN, 1969, p. 216-217). Melhor, portanto, atribuir características aos mapas a partir da escala adotada, mas de forma não excludente, podendo um mesmo serviço estar situado em mais de um patamar à medida que suas funcionalidades apresentam diferentes níveis de abertura à participação. Assim, temos como resultado uma tabela de características baseadas nos níveis participativos de Arnstein (Tabela 2). Vale ressaltar que essa classificação é de cunho experimental, de modo a servir para análises futuras de outros serviços de mapeamento e/ou participação cidadã. Em outras

Tabela 1 - Matriz de análise pós-observação

Funcionalidades	Urbanias	Wikicrimes	Fix my street	Buracos de fort.	Homicídios em fort.
Necessário cadastro para visualizar os problemas?	Não	Não	Não	Não	Não
Necessário cadastro para adicionar ou editar os itens?	Sim	Sim	Não	Sim	---
Há um perfil público de usuário?	Sim	Não	Sim	Sim	---
Há controle ou moderação pelos administradores?	Não	Não	Não	Não	Sim
Há moderação ou modos de reputação de usuários?	Sim	Sim	Sim	Sim	---
É possível criar categorias além das disponíveis?	Não	Não	Não	Não	---
É possível editar o problema?	Sim (só a descrição)	Não	Não	Sim	---
É possível apagar o problema?	Não	Não	Não	Sim	---
É possível marcar o problema como resolvido?	Sim	Não	Sim	Sim	---
O problema é levado adiante? (ex: enviado para autoridades)	Sim	Não	Sim	Não	Não
Há opções para links?	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
Há espaço de comentários para o problema? (como em blogs)	Sim	Sim	Sim	Não	Não
Permite anexos? (ex: fotos ou vídeos)	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
Há alertas por zonas ou temas de seu interesse?	Não	Sim	Sim	Sim	Sim

Tabela 2 - Características dos serviços

Serviço	Características	Observações
Urbanias	Consulta (4) Parceria (6) Poder delegado (7)	Enquanto denunciam, os usuários delegam que o serviço leve adiante a reclamação – ou, antes, o próprio <i>site</i> acolhe a responsabilidade para si.
Wikicrimes	Consulta (4) Parceria (6) Controle pelos cidadãos (8)	A parceria está na possibilidade de os usuários moderarem o sistema. Chega perto de uma abertura total ideal, mas apresenta limites de atuação.
Fix my Street	Consulta (4) Parceria (6) Poder delegado (7)	Similar ao Urbanias.
Buracos...	Controle pelos cidadãos (8)	Único a permitir participação e moderação totais, apesar de situado na estrutura de terceiro (Google).
Homicídios...	Consulta (4) Informação (3)	Os usuários não podem planejar, discutir ou deliberar, somente informar o jornal. Por outro lado, este utiliza o mapa como se fosse uma ferramenta interativa, mas apenas disponibiliza um fluxo unidirecional de informações.

pesquisas, o ideal parece ser a criação de uma nova escala tendo por base esta adotada.

Considerações finais

Após esse balanço geral, cabem algumas considerações sobre a análise. Primeiramente, a abertura ou o poder total são ilusórios? São possíveis somente se não houver controle central? Como alocar as questões levantadas pelo usuário da forma como lhe interessar? O degrau máximo pode existir? Mesmo Arnstein avisa que esse ponto é uma retórica, não havendo controle absoluto. É preciso ponderar que, se for totalmente espraiado, sem um comando central, o mapa pode ser apropriado de maneiras diversas – o usuário tem a chance, inclusive, de deturpar a sistemática proposta, mesmo que não haja registros de que esse seja um desvio recorrente. Por outro lado, estando situado dentro de um sistema feito por terceiros (a exemplo de *Buracos...*, dentro do Google Maps), está em certa medida à mercê das políticas da empresa que lhe sustenta, um ponto de preocupação levantado por Chadwick (2006).

Para exemplificar os limites de liberdade, pode-se citar a identificação no sistema: ainda que seja gratuita, a criação e o uso de uma conta é um meio para o monitoramento do usuário. Ainda assim, entretanto, há pesquisas que apontam que a criação de um perfil público é importante para usuários envolvidos em ações de cidadania *online*, uma vez que a constituição de identidades passa por etapas como apresentação, negociação e significação – e alguns quesitos ganham destaque nesse processo, como a construção de reputação (DE CINDIO et al., 2008, p. 142). As autoras apontam que, em rede, perfis e relacionamentos encontram uma extensão, já que laços são compartilhados: o espaço fortalece e é fortalecido pelas ligações sociais, enquanto estas atuam como um palco para a expressão do eu.

Isso implica que um ‘uso’ apropriado e a combinação desses três elementos pode servir como um sustentáculo para alcançar resultados

notórios quando juntos a comunidades *online* que visam a promover e apoiar participação cidadã em nível local.⁴

Um ponto fundamental dos serviços estudados tem a ver com o empoderamento dos indivíduos: ter poder é mais que ser consultado. Essa ideia fica bastante clara em toda a explanação de Arnstein (1969) e de Pateman (1992) – apesar de, para esta, o poder estar relacionado tão somente à possibilidade de escolhas – bem como nas argumentações de Chadwick (2006) e Joliveau (2008): é necessário que os atores sociais tenham controle sobre o resultado final do seu mapeamento colaborativo, a despeito da situação de poder à qual possam se encontrar instaurados. Ao considerarmos a participação, é necessário que projetos como estes aqui analisados não se tornem engessados e pseudoparticipativos: os atores envolvidos (moradores ou usuários da área representada) devem possuir algum poder de decisão sobre aquilo que estão produzindo em conjunto.

Em direção contrária ao engodo do nível de tokenismo, também é preciso pensar no fruto da participação para além de seu controle: quem entra no processo deve ser retribuído em seu investimento (de tempo, de esforço, de dedicação). Embora os ganhos colhidos pelos usuários sejam totalmente subjetivos – o que dá margens a outras pesquisas complementares –, é evidente que os serviços pesquisados não têm proveitos sozinhos: saber dos problemas de sua cidade já é algum usufruto que o cidadão pode fazer de tais mapas. De todos aqui estudados, o único que parece ter a maior benesse é *Homicídios...* Não se trata de lucros financeiros (não de forma direta), mas se pode ponderar sobre o gerenciamento de imagem pública da empresa de comunicação à qual o mapa está ligado.

Finalizamos o artigo com algumas perguntas a servirem como apoio para futuras pesquisas: por que as pessoas se envolvem com processos participativos/colaborativos, mesmo quando os ganhos não parecem tão imediatos (como é o caso dos mapas aqui estudados)? Há motivações diversas quando os temas em torno da anotação espacial são diferentes

⁴ Tradução livre de “This implies that an appropriate ‘use’ and mix of these three elements may serve as a fulcrum to achieve noteworthy results when dealing with *online* communities that aim to promote and support citizens participation at the local level”

daqueles que se costumam encontrar em cartografias oficiais? Uma hipótese que brota inicialmente, a partir da fala de De Cindio et al. (2008), é a de que não se busca tão somente melhorias para a cidade, no caso de uma iniciativa voltada à cidadania, mas também se deseja construir um perfil segundo um tipo de credibilidade – uma forma, talvez, de recompensa e satisfação pessoal pela energia empregada. No fundo, o desejo por um lugar melhor, com menos crimes e poluição, por exemplo, parece se confundir com a construção social de uma identidade “engajada”, ou talvez ambas as intenções caminhem lado a lado, tendo em vista um objetivo maior, qual seja falar *da e para* sua própria cidade, seu próprio bairro, os lugares de cada um, enfim.

Referências

- ACSELRAD, H.; COLI, L. R. Disputas cartográficas e disputas territoriais. In: ACSELRAD, H. (Org.). **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008. p. 13-43.
- ADAMS, P. C. **Geographies of media and communication: a critical introduction**. United Chichester, U.K.; Malden, MA: Wiley-Blackwell, 2009.
- ANTOUN, H. (Org.). **Web 2.0: participação e vigilância na era da comunicação distribuída**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.
- ARCHELA, R. S. Imagem e representação gráfica. **Revista Geografia**, Londrina, v. 8, n. 1, p. 5-11, 1999.
- ARNSTEIN, S. R. A ladder of citizen participation. **JAIP**, v. 35, n. 4, p. 216-224, 1969.
- BHAGAT, A.; MOGEL, L. **An atlas of radical cartography**. Los Angeles: Journal of Aesthetics and Protest Press, 2008.
- BRUNO, F. Mapas de crime: vigilância distribuída e participação na cultura contemporânea. In: BRUNO, F.; KANASHIRO, M.; FIRMINO, R. (Org.). **Vigilância e visibilidade: espaço, tecnologia e identificação**. Porto Alegre: Sulina, 2010. p. 155-173.
- CASTRO, I. E. de. O problema da escala. In: CASTRO, I. E. et al. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 117-140.
- CHADWICK, A. **Internet politics: states, citizens, and new communication technologies**. New York; Oxford: Oxford University Press, 2006.
- COSTA, R. da. Por um novo conceito de comunidade: redes sociais, comunidades pessoais, inteligência coletiva. In: ANTOUN, H. (Org.). **Web 2.0: participação e vigilância na era da comunicação distribuída**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008. p. 29-47.
- CRAMPTON, J. W.; KRYGIER, J. Uma introdução à cartografia crítica. In: ACSELRAD, H. (Org.). **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008. p.113-151.
- DE CINDIO, F.; RIPAMONTI, L. A.; DI LORETO, I. Interplay between the actual and the virtual in the Milan Community Network Experience. In: AURIGI, A.; DE CINDIO, F. **Augmented urban spaces: articulating the physical and electronic city**. Hampshire: Ashgate, 2008. p. 139-154.
- HERMANY, R.; FRANTZ, D. Modernização da administração pública: o empoderamento social como instrumento de efetivação das audiências públicas. In: CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI, 18., 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: CONPEDI, 2009.
- JOLIVEAU, T. O lugar dos mapas nas abordagens participativas. In: ACSELRAD, H. (Org.). **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008. p. 45-69.
- LEFEBVRE, H. **The production of space**. London: Blackwell Publishing, 1991.
- LACOSTE, Y. Objetos geográficos. **Seleção de Textos**, São Paulo, n. 18, p. 1-15, 1988.
- LEMOS, A. **Cibercultura, tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. Porto Alegre: Sulina, 2002.
- LEMOS, A. Mídias locativas e vigilância: sujeito inseguro, bolhas digitais, paredes virtuais e territórios informacionais. In: BRUNO, F.; KANASHIRO, M.; FIRMINO, R. (Org.). **Vigilância e visibilidade: espaço, tecnologia e identificação**. Porto Alegre: Sulina, 2010. p. 61-93.
- MALINI, F. Modelos de colaboração nos meios sociais da internet: uma análise a partir dos portais de jornalismo participativo. In: ANTOUN, H. (Org.). **Web 2.0: participação e vigilância na era da comunicação distribuída**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008. p. 83-99.

NOVA, N. Locative media: a literature review. **Computer**, v. 2, p. 1-13, 2004.

NOVEMBER, V. et al. **Entering a risky territory**: space in the age of digital navigation. Disponível em: <<http://www.bruno-latour.fr/articles/article/117-MAP-FINAL.pdf>>. Acesso em: 6 abr. 2011.

O'REILLY, T. **What is Web 2.0**: design patterns and business models for the next generation of software. O'Reilly Media, 2005. Disponível em: <<http://oreilly.com/web2/archive/what-is-web-20.html>>. Acesso em: 28 jun. 2011.

PATEMAN, C. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

RHEINGOLD, H. **The virtual community**: homesteading on the electronic frontier. New York: Harper Collins, 1993.

SCHUFTAN, C. The community development dilemma: what is really empowering. **Community Development Journal**, v. 31, n. 3, p. 260-264, 1996.

SOUZA, C. B. G. A contribuição de Henri Lefebvre para reflexão do espaço urbano da Amazônia. **Confins**, n. 5, 2009. Disponível em: <<http://confins.revues.org/index5633.html>>. Acesso em: 4 abr. 2011.

Recebido: 11/04/2011

Received: 04/11/2011

Aprovado: 06/06/2011

Approved: 06/06/2011